


A CRISE ECONÔMICA, UM FENÔMENO QUE A TEORIA ECONÔMICA NÃO PREVÊ

 <https://doi.org/10.56238/arev6n3-055>

Data de submissão: 07/10/2024

Data de publicação: 07/11/2024

Antonio Oliveira de Carvalho

Doutoramento em Ciências Económicas

Escola de Administração de Empresas da Universidade Federal da Bahia (EA-UFBA)

E-mail: professorcarvalho@rocketmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2964-8789>

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/1634839100825729>

Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos

Doutoramento em Ciências da Educação

Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP)

E-mail: douglaspesquisador@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1861-0902>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3941575427040698>

RESUMO

As crises econômicas são fenômenos recorrentes na história da economia e intensificados a partir do século 20, com ciclos cada vez mais curtos, com dimensões locais ou globais, parecendo ir de encontro às teorias econômicas e às tentativas de agentes econômicos, governos e autoridades no planejamento e exercício de um controle eficiente. O objetivo deste artigo é defender a hipótese de que a ocorrência de crises econômicas é um fenômeno cíclico da economia, inevitável, imprevisível e incontrolável e que as teorias econômicas baseadas na regra "ceteris paribus" não são suficientes para predizê-las e preveni-las. Foram realizadas pesquisas bibliográficas e análises documentais para identificar teorias, fundamentos, fatos, dados e informações históricas em relação às três grandes crises econômicas globais (1929, 1973 e 2008), analisando teorias, marcos e modelos de governança atuais e confrontando-os nas três crises. Nesse sentido, confirmaram-se as hipóteses de que essas crises fossem inevitáveis, imprevisíveis e incontroláveis, considerando o número de agentes, variáveis de forças políticas, sociais e ideológicas, interesses difusos de diferentes grupos e dos fatores a serem administrados, além do despreparo, descoordenação e ingenuidade de agentes e governos. Pode-se concluir que as teorias econômicas, baseadas na regra ceteris paribus, não são suficientes para prever e prevenir a ocorrência de crises econômicas, uma vez que os inúmeros executores têm interesses difusos e capacidades limitadas.

Palavras-chave: Teoria Econômica. Crise econômica. Crise econômica global.

1 INTRODUÇÃO

As teorias econômicas implicam a obtenção de um equilíbrio no nível das relações dos fatores mensuráveis da economia, denominado "economia real"; essa quantificação, no entanto, é um dos primeiros aspectos que dificultam a realização de tal equilíbrio. Schumpeter (1957) apontou que o crescimento econômico, sob a perspectiva da dependência do uso e das variações dos fatores produtivos, apresenta uma dificuldade de mensuração, pois se depara com forças sociais, políticas e econômicas inter-relacionadas, o que impossibilita o planejamento e uma hierarquia de causa e efeito. Concordando com essa tese, Furtado (1974) a destaca como a forma de expansão dos meios de produção e os aspectos da economia real que legitimam e justificam a dependência do sistema produtivo. O equilíbrio nem sempre ocorre, ao observar as constantes crises e depressões, relações e interesses dos diversos agentes econômicos, é possível identificar que oscilações e variações não são fenômenos puramente econômicos.

É preciso considerar todas as variáveis econômicas com impactos no funcionamento da economia, tais como: mudanças na organização da sociedade; geração e distribuição de riqueza; ajustes nas instituições e nos processos decisórios, forças políticas, taxas de câmbio, taxas de juros, gastos governamentais, decisões de investimento, matriz produtiva, resistência da classe trabalhadora e os interesses da sociedade. Dentro desse complexo conjunto de fatores, as crises, segundo Puche (2009), representam uma situação adversa, de dificuldade, depressão e piora não só da economia, mas de aspectos da vida em sociedade.

As teorias econômicas clássicas, baseadas na liberdade econômica, de acordo com o raciocínio de Adam Smith e outros autores contemporâneos, propunham o mercado como um mecanismo de autorregulação. Para os clássicos, o ímpeto dos indivíduos para gerar o fluxo de riqueza geraria um equilíbrio natural, portanto, os governos não deveriam inibir, mas deveriam promover esse sistema competitivo. Ao aplicar capital para obter renda e promover interesses individuais, o empresário reforça os interesses gerais do coletivo (Smith, 1776). As teorias clássicas orientam o comportamento dos agentes desde o século XVIII, no entanto, a primeira grande crise global, que culminou em outubro de 1929, acentuou entre teóricos, agentes e governos, o questionamento quanto à eficiência dessa teoria.

Em oposição aos clássicos, especialmente após a crise de 1929, surgiram as teorias de John Maynard Keynes. Para Keynes, a liberdade econômica defendida pelo modelo clássico, era pouco confiável e arriscada para a economia, defendendo a ação do Estado para atingir o pleno emprego, mas com intervenção direta são setores em que a iniciativa privada não tinha capacidade ou interesse em atuar. As principais proposições de Keynes são: promoção de políticas de protecionismo econômico;

medidas destinadas a assegurar o pleno emprego; estímulo econômico com gastos e investimentos públicos; e controle legal (regulamentação), tributário e fiscal fortemente expiado pelos estados-nação ou economias desenvolvidas ou em desenvolvimento.

No entanto, no início da década de setenta, uma nova crise econômica, originou-se de disputas sobre a principal matriz energética e econômica mundial, o petróleo, imposta pelos países detentores das reservas, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), com base em veto e embargo contra os Estados Unidos e a Europa, causando uma crise de proporções internacionais, com aumentos nos preços do petróleo e desequilíbrio da economia global. Essa crise é apresentada como um contraponto e confirmação da crítica dos liberais ao modelo keynesiano.

Após a crise do petróleo, a proposta de um modelo, tendo como principais defensores a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher e o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, propôs a retomada da liberdade econômica como garantia de desenvolvimento baseada em princípios liberais, o que ficou conhecido como "neoliberalismo". Entre seus defensores teóricos estavam Leopold Von Wiese e Friedrich Hayec, da Escola Austríaca, Ludwig Von Mises e Milton Friedman da Escola de Chicago, a proposta defendia menos interferência do Estado na economia e a garantia do livre fluxo de capital, iniciativas e concorrência, um modelo híbrido entre o clássico (livre mercado) e o keynesiano (controle/intervenção estatal).

Em 2008, bem em meio ao neoliberalismo, o mundo viveu outra crise de proporções continentais, causando falências de instituições financeiras nos EUA e na Europa, o que abalou o sistema financeiro global. A crise começou com o processo subprime (crédito de risco, concedido a um tomador sem garantias reais), resultando em uma "bolha do mercado imobiliário" no início dos anos noventa, com um crescimento nas vendas de imóveis e a concessão de crédito para aumentar as vendas por meio da aquisição de títulos lastreados em hipotecas de bancos americanos. Para conter o aumento da inflação, o governo dos EUA aumentou o lucro e reduziu o crédito, desacelerando o mercado e fazendo com que os preços dos imóveis caíssem, resultando em inadimplência, subvalorização, aprofundando a crise.

O objetivo do artigo foi analisar as três principais crises econômicas globais, descrever seus principais aspectos, considerando que cada uma delas ocorreu em momentos históricos em que diferentes teorias econômicas vigoraram e produziram efeitos. O objetivo principal deste artigo é, com base na análise teórica e histórica das crises, defender o pressuposto de que a crise econômica é um fenômeno cíclico imprevisível da economia, e que as teorias econômicas baseadas na regra "*ceteris paribus*", que tem seu desenvolvimento atribuído aos "Elementos da Economia Pura" de Leon Walras

em 1874, não são suficientes para prevê-los à luz dos múltiplos interesses e dos descuidos dos agentes econômicos que os tornam recorrentes e incontroláveis.

O artigo está estruturado em 5 seções, sendo a primeira esta Introdução, apresentando uma contextualização geral do tema, fundamentos preliminares, questões e objetivos da pesquisa. A seção 2 apresenta o referencial teórico (revisão da literatura), proposições hipotéticas e pressupostos estabelecidos. A Seção 3 compreende a metodologia, na qual os aspectos metodológicos são apresentados em duas subseções: o desenho da pesquisa, descrição do método, tipo de pesquisa; e, procedimentos para levantamento e análise bibliográfica. A Seção 4 apresenta discussões sobre dados de pesquisa e conclusões preliminares. Por fim, a Seção 5, conclusões, resultados e achados obtidos, limitações identificadas e sugestões para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Apresentam-se nesta seção as teorias e estudos centrais utilizados como base para fundamentar as discussões aqui apresentadas.

2.1 TEORIAS ECONÔMICAS CLÁSSICAS E A CRISE DE 1929

A teoria clássica da economia refere-se à primeira escola moderna de pensamento econômico e aos princípios de um coletivo de "filósofos economistas".¹ A obra considerada como o marco inaugural da economia clássica é "A Riqueza das Nações", de Adam Smith, que apresenta conceitos centrais de equilíbrio econômico, liberdade econômica e ajuste do comportamento dos agentes econômicos sob certas condições gerais. Outros teóricos clássicos apresentados na literatura são: Thomas Robert Malthus, David Ricardo, Jean Baptiste Say e John Stuart Mill.

Considerado, na perspectiva atual, um "liberal", Adam Smith (1723-1790) acreditava no conceito de ordem natural dos negócios, o autor confiava no egoísmo natural dos indivíduos e na harmonia gerada a partir dos interesses individuais. Para Smith, qualquer esforço na busca pelo aprimoramento individual resulta naturalmente na busca pelo emprego ou condição mais vantajosa para a sociedade. Na perspectiva da harmonia do mercado, a livre concorrência entre os agentes levaria a sociedade ao crescimento econômico de forma natural, como se guiada por uma "força invisível" ou "mão invisível" (Vasconcelos & Garcia, 2011). Smith acreditava que a liberdade econômica era

¹ Essa denominação se deve ao fato de que os chamados teóricos clássicos da economia não tinham formação em ciências econômicas, mas em filosofia. As Relações Econômicas foram, de fato, objeto de estudo e análise por eles em um conjunto de relações sociais.

fundamental para manter a paz e a harmonia. Segundo ele, sem liberdade econômica, haveria aumento da pobreza.

Para Smith, o principal papel do Estado era fornecer as estruturas necessárias para o desenvolvimento das atividades econômicas, proteção da sociedade e estabelecimento de leis e normas. A produtividade e a riqueza da nação seriam o resultado da capacidade produtiva dos indivíduos (teoria do valor-trabalho) e quanto melhor a divisão do trabalho (especialização), maior a capacidade de geração de riqueza. Smith também estabeleceu uma distinção entre valor de uso e valor de troca, em sua opinião apenas no valor de troca há algum interesse econômico, ele analisou o processo de distribuição de renda entre salários (frutos do trabalho), lucro (fruto do ganho das relações comerciais) e renda da terra (resultado da exploração da terra – produção).

Considerado como outro importante contribuinte para as teorias clássicas, David Ricardo (1722-1823) em sua obra "Princípios de Economia Política e Tributação" desenvolveu um estudo relacionado à renda diferencial da terra e sobre o futuro do sistema capitalista e foi, entre outros autores clássicos, quem mais se aprofundou em questões relacionadas às transformações sociais envolvendo as relações econômicas. Outro aspecto destacado por Ricardo foram os conceitos relacionados às transações externas relacionadas à balança comercial, ganhos e perdas das nações na importação e exportação de ouro, prata e outros bens produzidos pelos agentes de uma nação ou território. Ricardo propôs uma distinção entre os conceitos de valor e riqueza; valor sendo proporcional a quanto trabalho era necessário para produzi-lo e riqueza como propriedade, os bens que as pessoas possuíam, que seriam necessários, úteis e agradáveis.

A partir dessa noção, Ricardo propôs que o valor econômico de um bem é determinado pelo preço de outro bem, representado por uma certa quantia de dinheiro, portanto, variações no valor do dinheiro implicariam em variações no preço do bem. Se o dinheiro é usado para remunerar o trabalho (salários), o valor do dinheiro também pode ser considerado como a quantidade de trabalho necessária para produzir o metal usado para fabricar dinheiro. De uma forma geral, Ricardo considerou que se houvesse uma variação no valor do dinheiro, haveria uma variação igual no preço dos bens, mas o valor desses bens manter-se-ia estável.

A principal contribuição de Thomas Robert Malthus (1766-1834) para a escola clássica foi de sua obra "Um ensaio sobre o princípio da população: ou, Uma visão de seus efeitos passados e presentes sobre a felicidade humana" de 1888, uma proposta de lei de renda ou retornos decrescentes, usada para explicar as baixas condições de vida na Inglaterra naquela época. Para o autor, o crescimento populacional ocorreria geometricamente enquanto a produção ocorreria aritmeticamente e essa diferença geraria uma sobrecarga na economia nacional. Segundo Malthus, o crescimento

populacional em um estoque fixo de terra resultaria em uma diminuição da produtividade com menor uso da terra nas atividades agrícolas, resultando em salários cronicamente mais baixos e comprometendo o padrão de vida da população. Outro ponto enfatizado por Malthus foi o que ele chamou de automaticidade da economia de mercado para gerar pleno emprego e a tendência de limitar os gastos para gerar poupança, o que resultaria na geração de desemprego e no comprometimento da renda dos indivíduos e no giro da economia.

A contribuição central do francês Jean-Baptiste Say (1768-1832) para as teorias clássicas foi o que ficou conhecido como "Lei de Say", que argumentava que a oferta cria sua própria demanda e a demanda gera oferta. Segundo Say, o aumento da produção de um determinado bem ou serviço é transformado em renda para o trabalhador que o produz, e para o empresário e essa renda será gasta no consumo de outros bens e serviços. Em sua obra "Traité d'Économie Politique" (1803), Say defendeu a liberdade de produção e consumo e afirmou que a economia tinha a capacidade de sempre se ajustar às crises. Nessa obra, considerada como uma popularização das ideias de Smith, Say utilizou como base a metodologia típica da economia de época e a convicção de que o estudo da economia teria que considerar, como ponto de partida, a experiência real do ser humano nas relações econômicas e não o uso de fórmulas matemáticas abstratas e análises estatísticas.

Outra contribuição de Say foi a teoria da utilidade de bens e serviços, na qual, ao contrário da proposta de Ricardo, defendia que é a utilidade (use-value) de bens e serviços, e não o trabalho, que determina o valor de um bem. Com ênfase em bens e produção, com sua visão humanística, Say destacou o papel do empreendedor na Economia e ressaltou que o empreendedor era necessário para criar e colocar em movimento todos os tipos de indústrias. Para o autor, no processo de criação dos produtos necessários ao consumo humano, entre os quais os meios de produção: alguns fornecem terra, outros capitais, outros trabalham e outros aplicam conhecimentos adquiridos. O empreendedor, segundo Say, é o "agente principal" do sistema econômico, o único capaz de combinar simultaneamente todos esses fatores.

Considerado o sintetizador das teorias e ideias de seus antecessores, John Stuart Mill (1806-1873) em sua obra "Princípios de Economia Política" (1848) dedicou-se à continuidade e aprofundamento de vários aspectos e a refutar outros. Suas maiores contribuições para a teoria econômica foram: economias de escala, custo de oportunidade e vantagem comparativa no comércio exterior. Mill também foi considerado um defensor da liberdade econômica e da liberdade de expressão. Nas discussões sobre relações econômicas, a maior contribuição de Mill é a proposição sobre o lucro dos empresários. Segundo Mill, o lucro representa o preço da abstinência, a recompensa que o empresário ou industrial recebe pelo sacrifício de empregar capital em um negócio para produzir

bens e serviços em vez de consumir capital para satisfazer suas próprias necessidades, sendo assim a taxa mínima ou natural de lucro, o retorno justo para remunerar o empresário pelo risco e esforço despendido.

Resumindo a teoria clássica, dá-se ênfase aos pressupostos da geração de um equilíbrio entre os fatores de produção, consumo, renda e riqueza, com: a) Smith, defensor da liberdade econômica como teoria do equilíbrio natural do mercado (mão invisível) e limitação da intervenção estatal; b) Ricardo com as transformações sociais e econômicas geradas pela economia, a economia relacionada às transações externas (balança comercial) e a distinção entre valor como quantidade de trabalho e riqueza como propriedade de ativos; c) Malthus, com a lei da diminuição dos rendimentos ou dos rendimentos, crescimento populacional superior à produção, gerando uma sobrecarga à economia, uma quebra dos níveis de produtividade e de salários e do nível de vida da população) e defesa do pleno emprego como factor de desenvolvimento económico; d) Dizer, defensor da liberdade de produção, do consumo e da lógica de que a economia se ajusta às crises; teoria da utilidade (valor de uso de bens e serviços), defesa do empresário como principal agente da economia, responsável pela movimentação da indústria, produção, emprego e renda; e, Mill, como sintetizador das teorias anteriores, da lógica das economias de escala, custo de oportunidade e vantagem comparativa, defensor da liberdade econômica e da liberdade de expressão, e do lucro como recompensa ao empresário pela abstinência e sacrifício do capital.

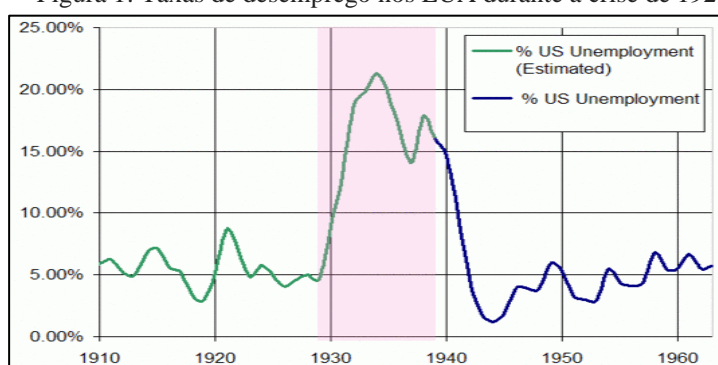
De acordo com os pressupostos das mentes clássicas, quando há equilíbrio entre os fatores de produção: terra (matérias-primas), trabalho (população) e liberdade econômica, haveria a geração de emprego e renda, consumo, lucro (recompensa) dos empresários e o equilíbrio econômico natural, sendo dispensáveis as ações de regulação do Governo, devendo o Governo direcionar seus esforços e atenção para outros aspectos não explorados pelo mercado. Diante disso, não havia nesse conjunto de teorias o entendimento de uma possibilidade de ocorrência de desequilíbrios, depressões e crises econômicas. Este modelo permaneceu em vigor até a segunda década do século 20, quando, no final do século, a primeira grande crise econômica da história do capitalismo eclodiu e colocou em questão os pressupostos de equilíbrio e sua eficiência.

Para entender a crise de 1929, é necessário entender seus antecedentes. Até o final do século 19, o padrão monetário internacional predominante era o padrão metálico ou "padrão-ouro", sem o domínio de nenhuma moeda nacional. Em 1914, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, 1914, as grandes potências econômicas (Grã-Bretanha, França e Alemanha) abandonaram o padrão-ouro devido à necessidade de financiar livremente os altos custos do conflito (Eischengreen, 2000). Após a guerra, as economias das nações envolvidas foram devastadas, sendo a Alemanha derrotada a mais afetada.

No pós-guerra, em 1918, os EUA eram considerados o país mais rico da fábrica, com industrialização intensiva (automóveis, aço, alimentos industrializados, máquinas, petróleo, carvão, entre outras commodities). De acordo com Eischengreen (2000), nos dez anos seguintes (década de 1920), a economia norte-americana cresceu a taxas acima da média, gerando euforia entre os empresários. Com altos níveis de produção, padrões de consumo e criação de empregos, a economia nacional e as ações das empresas norte-americanas atingiram níveis elevados de valorização, no entanto, isso foi artificial e sem critério e desmoronou em um curto período de tempo. Em 24 de outubro de 1929, começou o que é considerado a pior crise econômica de todos os tempos em uma economia capitalista. As estatísticas norte-americanas têm demonstrado que houve uma recessão devido a um processo de superacumulação de capital, especialmente em setores considerados mais sensíveis às taxas de juros, como os setores automobilístico e de construção civil (Silva, 2015).

As principais causas para o acima mencionado são: superprodução agrícola com produção excedendo a demanda; redução dos níveis de consumo devido ao alto crescimento da indústria, sem aumento equivalente do poder aquisitivo da população; e, a quebra da Bolsa de Valores de Nova York com a desaceleração da produção, falência de empresas e desvalorização devido ao chamado "efeito manada" (investidores querendo vender ações, mas não havia compradores), assim, a crise atingiu a economia dos EUA de frente. Esse cenário desastroso culminou no colapso da Bolsa de Valores de Nova York na famosa "Quinta-feira Negra" de 24 de outubro, com a maior baixa da história e o Crash. O Crash trouxe medo ao mercado, gerou desemprego (7,8 milhões em 1931, 11,6 milhões em 1932 e 16 milhões em 1933), falência de empresas, aumento da pobreza e queda das exportações em 70%.

Figura 1: Taxas de desemprego nos EUA durante a crise de 1929



Fonte: The Balance Money

2.2 CENTRALIDADE DAS TEORIAS DO ESTADO E CRISE DO PETRÓLEO

Depois de dilapidar a economia norte-americana e afetar toda a economia global, uma vez que a economia norte-americana durante esse período funcionou como alavanca do capitalismo global, os

pressupostos dos pensadores clássicos foram objeto de críticas e discussões, sendo considerados como as causas da origem da crise, o excesso de liberdade dos agentes devido à ausência do Estado. Os maiores críticos das teorias clássicas foram Gunnar Myrdal, considerado o principal proponente do Estado de Bem-Estar Social, criticando no modelo clássico o distanciamento do governo da economia e identificando em liberdade a existência de um círculo vicioso de atraso e geração de pobreza e o britânico John Maynard Keynes, defensor da intervenção estatal na economia, que ganhou notoriedade tanto por seus escritos e ideias, quanto por seu papel como economista na proposta e condução do Tratado de Bretton Woods, que ocorreria 14 anos após a grande depressão.

Myrdal e Keynes desempenharam um papel proeminente no período pós-crise. Entre 1928 e 1935, Myrdal coordenou na Suécia a Comissão do Desemprego, produzindo estudos teóricos e empíricos sobre crises e propondo o desenvolvimento de uma ação anticíclica baseada no papel do governo na economia. Para a Myrdal, o aumento dos salários teria um efeito positivo na economia, resultando em crescimento de longo prazo. A proposta de Myrdal permitiu o desenvolvimento de uma política nacional de salários destinada a aumentar os níveis de produtividade, aumentar o consumo e impulsionar o crescimento econômico nacional. (Kerstenetzky, 2011). Devido às suas ideias, Myrdal é considerado o principal proponente do Estado de Bem-Estar Social. De acordo com Myrdal (1957), a disparidade de renda e padrão de vida e consumo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos tendia a se aprimorar constantemente, assim, o autor defendia a intervenção estatal na economia e rejeitava o modelo "*laissez-faire*".

O período pós-crise de 1929 deu grande notoriedade às ideias de John Maynard Keynes, recebendo especial atenção por sua proposta macroeconômica de equilíbrio geral baseada em um modelo que considera todos os agentes econômicos, incluindo os gastos governamentais, os investimentos e as relações de pagamento da balança. Keynes, que obteve reconhecimento por seus escritos, em "A Teoria Geral do Emprego, Juros e Dinheiro" de 1937, teve seu trabalho para o público em geral conhecido como "As Consequências Econômicas da Paz", publicado em 1919, no qual criticou o Tratado de Versalhes com argumentos pouco otimistas em relação à política e economia globais.

De acordo com Skidelsky (1983) os principais argumentos de Keynes são aqueles relacionados à sua crítica ao capitalismo liberal, apresentada no artigo "O Fim do Laissez-Faire", publicado em 1926, no qual ele argumenta que o livre mercado, baseado no "*laissez-faire*" e na teoria da "mão invisível" não seria capaz de garantir a estabilidade econômica e a harmonia social. Skidelsky (1992), reafirma que as observações de Keynes foram consideradas nos anos seguintes como importantes insights sobre os princípios do capitalismo liberal e o funcionamento da economia.

As ações governamentais são atribuídas às ideias de Keynes, como a proposta de Roosevelt para a criação do New Deal e do Sistema Monetário Internacional, estruturado por meio da criação do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas políticas foram implementadas a partir de 1944, com o estabelecimento do Tratado de Bretton Woods, com a participação de 45 países aliados, cuja principal proposta era elaborar e estabelecer parâmetros internacionais de gestão, regras para as relações comerciais e financeiras entre os países industrializados e gerenciar as políticas de desenvolvimento dos países periféricos apoiados pelo FMI, que atuaria como uma espécie de cooperativa de crédito internacional (Dooley *et al*, (2003).

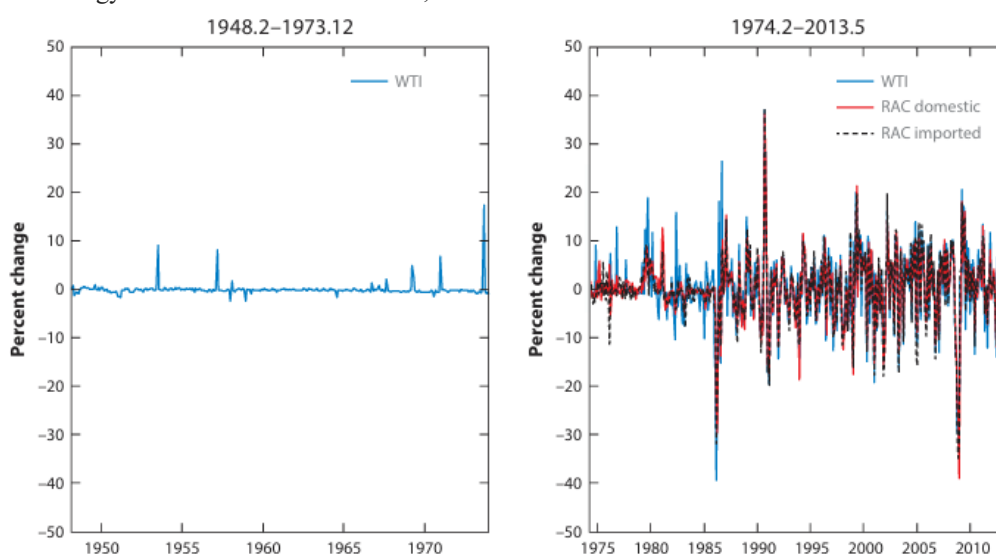
De acordo com Helleiner (1996), as ideias de Keynes que foram implementadas incluem: o sistema N-1 (taxas de câmbio = dólar americano), com o dólar americano como moeda internacional de referência, o estabelecimento de taxas de câmbio fixas, com possibilidade de ajustes futuros, e a criação do FMI e do Banco Mundial. Apesar de conturbado, o período pós-Conferência de Bretton Woods (meados da década de 1940 e décadas de 1950 e 1960) foi marcado por alas, do ponto de vista econômico, desde o "Plano Marshall" que os EUA ofereceram à Europa, um pacote maciço de crédito e doações para financiar a importação de bens de capital e matérias-primas e gerar um grande superávit em conta corrente (Chesnais, 1997) registrando altas taxas de crescimento, gerando o que ficou conhecido como o período mais produtivo da economia global (1950 e 1970), denominado "Idade de Ouro da Economia Mundial".

Mesmo com as altas taxas de crescimento, a economia global entrou em crise, pois a demanda internacional por crédito em dólar deu aos bancos dos EUA uma vantagem competitiva na década de 1950. Na década de 1960, os EUA registraram um déficit com as despesas da guerra do Vietnã e a exportação de dólares americanos para financiar a expansão de empresas multinacionais (Dathein, 2002) e em 1964 foram criados impostos para equalizar juros, restringir o endividamento de europeus e impedir a saída de dólares americanos e reduzir os investimentos das corporações. Tais controles geraram impulso ao mercado de eurodólares, criando um novo centro financeiro, offshore, à medida que multinacionais e bancos reagiram aos controles e passaram a depositar seus ganhos no exterior (mercados do euro), e usando-os como fonte de financiamento, desvalorizando a libra esterlina e o franco francês, obtendo ganhos com a taxa de câmbio ajustável e gerando um déficit na balança de pagamentos dos EUA resultando no abandono da conversibilidade em ouro e no fim de Bretton Woods em agosto de 1971 (Eischengreen, 2000).

O modelo keynesiano recebeu críticas severas porque, para muitos economistas, era o modelo perfeito para manter o poder e o crescimento das maiores economias e a subordinação das economias periféricas por meio do controle das agências criadas com o sistema monetário internacional

controlado pelas economias centrais. As críticas se intensificaram com a crise do petróleo, que eclodiu em 19 de outubro de 1973, depois que o presidente Nixon solicitou ao Congresso dos EUA o montante de US\$ 2,2 bilhões em ajuda emergencial a Israel para a guerra do Yom Kippur. Nessa data, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) impôs um embargo de petróleo aos EUA e iniciou uma política de preços quadruplicando o preço da commodity, de US\$ 2,90 por barril, antes do embargo, para US\$ 11,64 em janeiro de 1974. Em março de 1973, o embargo foi retirado, mas os preços altos foram mantidos (Merrill, 2007).

Figura 2: Variação percentual no preço real do petróleo. RAC denota o custo de aquisição das refinarias dos EUA, conforme relatado pela US Energy Information Administration, e WTI denota West Texas Intermediate.



Fonte: Kilian, L. (2014)

A crise do petróleo foi atribuída ao modelo keynesiano por um grupo de economistas, entre os quais Milton Friedmann, que defendia a não intervenção do Governo na economia, pois, mesmo com as condições de reorganização dos organismos internacionais, os efeitos da crise não são totalmente mitigados, como destaca Polak (1991). Para os críticos do keynesianismo, "a economia é um espaço para adultos que sabem o que estão fazendo" (Friedmann, 1962). Entre as críticas ao modelo keynesiano como gerador de crises, destacam-se questões políticas, incluindo ditaduras militares na América Latina, pressões de movimentos sociais e da comunidade internacional, economias periféricas endividadadas com o FMI, o processo de abertura econômica e a adoção de práticas custo-efetivas.

A internacionalização econômica, baseada na globalização, originada do centro para a periferia, e no endividamento dos países periféricos, criou um cenário que obrigou os países em desenvolvimento a abrirem suas economias e adotarem economias de mercado, abertura e livre concorrência. Essa crise ocorreu no segundo período da história econômica em que os postulados teóricos eram diametralmente opostos aos da primeira crise. Enquanto a crise de 1929 foi atribuída ao desequilíbrio do mercado, ao

excesso de oferta e à liberdade econômica, a segunda, em contraste, ocorreu em um período em que a teoria predominante proclamava o controle do Estado sobre a economia. Além da teoria, a crise do petróleo foi provocada por países que controlavam a produção de petróleo. Nesse sentido, pode ser considerada como uma crise provocada pelo Estado como agente econômico e como uma crise na qual a teoria keynesiana do controle da economia pelo Estado não foi suficiente para prever e prevenir.

2.3 TEORIAS NEOLIBERAIS E A CRISE DE 2008

De acordo com Höfling (2001), a concepção neoliberal de sociedade e Estado pode ser considerada como inscrita e como aquela que retoma alguns pontos da tradição do liberalismo clássico dos séculos XVIII e XIX. Para o autor, enquanto "A Riqueza das Nações", de Smith, considerado a pedra angular do liberalismo econômico, "O Caminho da Servidão", de Friedrich Hayek, é identificado como a pedra angular do neoliberalismo. Milton Friedman, economista da Escola de Chicago, o mais conhecido e eloqüente defensor de um modelo liberal em suas formulações do Estado e das políticas sociais, identifica-se claramente com as ideias e formulações de Hayek. (Höfling, 2001).

Segundo Teixeira (1996), o movimento teórico e político conhecido como neoliberalismo surgiu após a Segunda Guerra Mundial, em países com economias mais desenvolvidas e "capitalismo maduro". Esse movimento aparece como uma reação teórica e política ao modelo keynesiano, centrado na intervenção do Estado e legitimado no tratado de Bretton Woods. Os teóricos neoliberais consideraram a intervenção do Estado na economia como o principal fator gerador da crise do sistema capitalista, uma vez que é um fator limitante do processo de desenvolvimento, controlando e restringindo a livre iniciativa e essa posição crítica se intensifica após a crise do petróleo, vista como evidência da ineficiência do modelo.

Um dos principais autores e defensores do modelo neoliberal é Frederick Hayek, que até a década de 1940 era visto como um economista técnico. Após a publicação de "O Caminho da Servidão" em 1944, Hayek mostrou sua frustração com as análises econômicas do período, que se concentravam no nazismo e no fascismo. Hayek adotou uma postura cética a ponto de alertar que "uma intervenção governamental mínima levaria a um Estado totalitário", que a ação do Estado na economia, mesmo quando bem planejada, poderia resultar em consequências não intencionais e exigir maior intervenção estatal, gerando cada vez mais intervenção estatal, gerando maior controle e menos liberdade.

Outro autor que defendeu o modelo foi o americano Milton Friedman, considerado o líder da Escola de Chicago e um dos economistas mais influentes do período pós-Primeira Guerra Mundial. A convicção de Friedman em seu trabalho, especialmente em seu mais famoso "Capitalismo e Liberdade"

de 1962, é que o livre mercado é a melhor forma de enriquecer os indivíduos. Friedman defendia a não intervenção do Estado na economia, taxas de câmbio flexíveis no mercado internacional (livre mercado entre as nações). O equilíbrio natural da sociedade é obtido a partir de relações individuais e estabelecidas, como destaca Friedman em "Capitalismo e Liberdade".

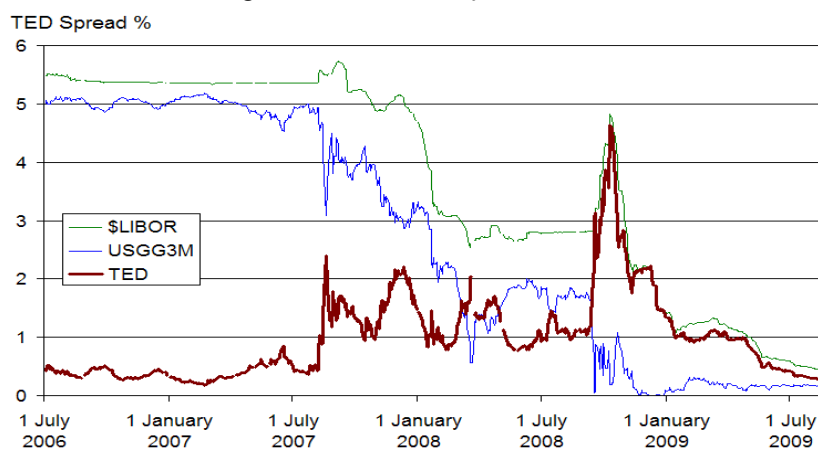
Para Friedman (1962), o modelo capaz de gerar desenvolvimento seria baseado na atividade privada regulada, atividade privada regulada pelo Estado e pela produção estatal, ou seja, apenas as atividades produtivas gerariam riqueza e equilíbrio. Anderson (1995) ressalta que, foi a partir do petróleo que os países capitalistas entraram em recessão e, segundo Coutinho (2012), o neoliberalismo usou a crise para se estabelecer, enquanto os países da OCDE buscavam alternativas. Mas, foi em 1979, com a eleição de Margaret Thatcher, que o modelo foi implementado e a Inglaterra se tornou o primeiro país do capitalismo avançado ao colocá-lo em prática. Em 1980, com Ronald Reagan eleito presidente dos EUA, seguido em 1982 por Kohl, que assumiu na Alemanha, Schluter em 1983 na Dinamarca, considerado um modelo de bem-estar, e nos anos seguintes pelos países do norte da Europa Ocidental (exceto Suécia e Áustria).

Segundo Filgueiras (2007), o modelo neoliberal apresentou-se como uma nova forma de atuação do Estado, com a privatização de empresas públicas, a entrada de empresas públicas com capital estrangeiro em países periféricos e a criação de agências reguladoras para controle de serviços essenciais. Devido às suas características, o modelo tem uma baixa presença do Estado na economia e uma concorrência livre e aberta semelhante ao modelo clássico. O neoliberalismo também apresenta forte intervenção internacional e concentração dos gastos governamentais em ativos econômicos e facilitadores do crescimento econômico, assemelhando-se ao modelo keynesiano. Desse modo, do ponto de vista teórico, trata-se de um modelo híbrido, com características dos dois modelos anteriores, que se acreditava ser imune à ocorrência de crises, pois refletia uma combinação de aprendizados.

No entanto, em 2008, gerando ainda mais oposição às expectativas dos economistas, inicia-se uma crise na maior economia do mundo, os EUA e, conseqüentemente, tornou-se global como nas anteriores. Segundo Bresser-Pereira (2009) a crise financeira de 2008 foi grave, apesar de não ser comparável à de 1929, foi profunda e afetou aspectos da confiança nas transações financeiras. Tendo começado com empréstimos imobiliários a devedores insolventes, levando as instituições financeiras a liquidar noutras instituições e a acumulação destes títulos culminou numa bolha inflacionária. Resende (2013) concorda com essa posição e ressalta que essa crise é a mais grave, mais complexa e possivelmente mais duradoura, pois suas raízes são mais profundas e suas implicações são mais amplas, associadas à alavancagem das operações financeiras, com descasamentos entre os prazos dos ativos e dos passivos.

Esta terceira crise é, mais uma vez, contrária às teorias econômicas de tal forma que lança dúvidas quanto à capacidade das teorias econômicas de prever crises ou permitir o controle da economia. A crise de 2008 gerou uma série de trabalhos, pesquisas e propostas de revisão e questionamento das teorias econômicas e em relação à complexidade de controlar ou prever o comportamento de todos os agentes econômicos simultaneamente e, portanto, exercer o controle da política econômica na busca do desenvolvimento e do equilíbrio.

Figura 3: Mercado de ações em 2008.



Fonte: Strik Money (2021).

2.4 CRISES ECONÔMICAS, UM FENÔMENO CÍCLICO E IMPREVISÍVEL

Mesmo quando se discute a crise em economias periféricas, "menores" e localizadas, como a crise na Rússia, no México e a dos Tigres Asiáticos nos anos noventa e, mais recentemente, na Argentina e no Brasil, é possível perceber o mesmo tipo de padrão da crise financeiro-monetária nesse tipo de fenômeno, em resultado dos desequilíbrios de factores da economia financeira (taxas de juro, taxas de câmbio, balança de pagamentos...), especulação ou imposição ou condições por parte de agências e organismos internacionais ou de risco, que afectam a estrutura da economia real. Dessa forma, tais características da crise levam à conclusão de que a hipótese *ceteris paribus* da teoria econômica, que pressupõe que, ao analisar um determinado fator econômico, considerando que todos os outros fatores permanecem inalterados, é apenas uma proposta teórica de simplificação de uma realidade que não é simplificável, pois essa condição sempre ocorrerá no mundo real.

Explicar as rupturas no sistema econômico é difícil quando se analisam as abordagens que propõem a existência de um equilíbrio ou de convergência que possibilite alcançá-la. Assim, as crises só ocorrerão em decorrência de choques externos (exógenos), erros cometidos por agentes econômicos ou fraudes, aspectos ou mecanismos capazes de gerar desequilíbrios. Nas teorias clássicas, Adam Smith, Say e Mill assumem o equilíbrio natural. No entanto, ao observar o trabalho de Smith sobre o

overtrade, o autor enfatiza as dificuldades e falências bancárias geradas por fraudes e práticas bancárias impróprias. Embora considerado o ponto negativo dos ciclos, devido à redução da atividade, é neste, segundo Brooman (1970), que o volume físico do produto tende naturalmente a retomar seu crescimento. Para esse autor, sempre que a economia retoma um movimento de ciclo positivo, ela tende a atingir um nível de desenvolvimento e renda mais alto do que antes.

Os estudos sobre a teoria dos ciclos econômicos ganharam importância a partir da segunda metade do século XIX, a partir de reflexões sobre as crises que afetaram a economia global desde a Revolução Industrial. A Teoria Clássica, segundo Galbraith (1989), apresentava uma lacuna significativa, a falta de uma teoria das crises e depressões, pois o conceito de equilíbrio, relacionado ao pleno emprego, considerava a possibilidade da ocorrência de flutuações de preços e salários, mas não considerava a escassez de demanda. As diferentes teorias sobre os ciclos econômicos têm procurado explicar a variação do crescimento temporal e quais fatores causam tais flutuações? Nos primeiros estudos realizados no final do século 19 e início do século 20, por Arthur Burns e Wesley Mitchel e o "Measuring Business Cycles" do National Bureau of Economic Research (NBER), em 1946, destacam-se duas escolas: o movimento perpétuo ou modelos determinísticos, que defendem que as economias estão em constantes processos cíclicos e oscilações originadas no próprio sistema econômico; e a dos modelos de propagação, ou de impulsos, que carregam o entendimento de que, o que determina as oscilações são fatores externos ao sistema econômico, os chamados "choques exógenos".

Entre as teorias que têm buscado tal explicação em relação às crises estão: monetária, que consideram as flutuações nas taxas de juros e a disponibilidade de recursos para empréstimos como as causas das oscilações nos investimentos; flutuações de investimentos autônomos, que consideram a origem dos ciclos nos efeitos repentinos de investimentos e inovações tecnológicas que geram descontinuidade nos padrões de crescimento; e, estrutural, que deriva das teorias dos ciclos espontâneos e considera que as flutuações são causadas por limites físicos de crescimento das economias reais.

William S. Jevons, considerado o precursor dos estudos sobre ciclos, em 1866 propôs sua teoria dos ciclos com base nas flutuações das atividades agrícolas. Jevons (1866) observou os ciclos econômicos de 1721 a 1878, que eram semelhantes em duração às manchas solares, que definiam os ciclos climáticos e, por sua vez, os ciclos de chuva e colheita e, de maneira direta, os ciclos econômicos na economia agrícola. Nessa mesma linha de pensamento, Marshall (1925) e Hawtrey (1926) apontam que os ciclos econômicos estão associados à periodicidade dos eventos que compõem e alteram a economia, que há alternâncias entre fases fracas e fortes com intervalos médios entre 7 e 11 meses,

semelhantes à variação das safras agrícolas, assim, outras dimensões da economia têm períodos alternados de abundância e escassez, de forma cíclica.

Estudos do final da primeira metade do século XX, como os de Schumpeter e Nichol (1934) e de Burns e Mitchell (1946) apresentam contribuições relevantes para uma definição para a análise dos ciclos econômicos. Schumpeter e Nichol (1934) enfatizam os ciclos econômicos como sendo rupturas exógenas, onde uma inovação afetará até mesmo os Estados em que as economias estão em equilíbrio. Para Burns e Mitchell (1946) em oposição, as rupturas e desequilíbrios da economia são fatores endógenos ao seu próprio funcionamento. Na mesma linha, Rapoport e Brenta (2003) sublinham que as crises são o resultado de fatores intrínsecos às economias dos países, como ciclos econômicos ou flutuações, e que esses fatores não são externos ao sistema monetário, como guerras e catástrofes climáticas. Para os autores, os ciclos são oscilações de natureza infinita, intrínsecas à atividade econômica, um processo cíclico, portanto, um movimento de crescimento e expansão levará necessariamente ao seu oposto, um movimento de retração, de declínio.

Em síntese, Sachs e Andrew (1995) destacam a existência de duas categorias de variáveis, as pró-cíclicas, que crescem durante as expansões e tendem a cair durante as recessões: produção agregada, lucros, velocidade do dinheiro, taxa de juros de curto prazo e níveis de preços; e as anticíclicas, aquelas que tendem a crescer em períodos de depressão e diminuir durante as expansões de estoques (de produtos acabados e insumos), taxas de desemprego e número de falências. Como destacado por Dymski e Li (2004) e Kregel (2010), a crise econômica é geralmente analisada a partir da profundidade em que atinge o sistema financeiro global e impacta no comportamento e evolução dos agregados econômicos, no entanto, de acordo com Krugman (1979) e Obstfeld (1994) nenhum modelo foi capaz de internalizar adequadamente os fatos que marcaram a sucessão de crises financeiras nas últimas décadas.

Diante do exposto, observa-se que as teorias econômicas predominantes em cada período de ocorrência das três principais crises econômicas de magnitude global não foram suficientes para predizê-las e preveni-las. Assim, ao considerar a ocorrência de crises com características distintas em diferentes períodos históricos em que vigoraram diferentes teorias, estruturas de mercado e modelos de governança, foram desenvolvidas as seguintes proposições.

2.5 PROPOSIÇÕES HIPOTÉTICAS

Com base nos fundamentos teóricos analisados e discutidos, foram desenvolvidas proposições hipotéticas, para as quais foram buscadas explicações, evidências e/ou verificações:

P1: A crise é inevitável, é um fenômeno endógeno e natural da economia e ocorre ciclicamente em diferentes momentos, com diferentes arranjos econômicos.

P2: A crise é imprevisível, ocorre de forma anticíclica em diferentes momentos, onde diferentes estruturas teóricas e conceituais estão em vigor.

P3: A crise é incontrollável, pois a quantidade de variáveis que envolvem as políticas econômicas dificulta o controle da economia e, apesar de buscarem um equilíbrio, as variáveis têm comportamentos próprios.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho foi de natureza qualitativa, com a utilização de pesquisa bibliográfica a partir do estudo e análises de livros, artigos acadêmicos e análises documentais, realizadas em documentos gerados por órgãos governamentais (working papers). Com a utilização do método hipotético-dedutivo, foram utilizadas as teorias econômicas a partir de pesquisa bibliográfica e análises documentais, as teorias econômicas como bases fundamentais, em seguida os dados e antecedentes das crises econômicas, visando e deduzindo em que medida as teorias econômicas são capazes de prever e prevenir a ocorrência de crises econômicas ou depressões em períodos com diferentes teorias, estruturas de mercado e modelos de governação em vigor.

3.1 DISCUSSÃO SOBRE OS RESULTADOS

Para análise dos dados, foi realizada uma comparação das teorias vigentes em cada período histórico da ocorrência das três principais crises econômicas analisadas.

A crise de 1929, causada pelo excesso de oferta de bens e serviços devido à especulação de mercado, pode ser considerada como uma "crise da economia de mercado", gerada pela excessiva liberdade econômica e pela falta de presença do Estado. Essa crise ocorreu sob o efeito das teorias clássicas que defendiam o livre mercado, a livre iniciativa, a livre concorrência, a não intervenção do Estado e a valorização do empresário/empreendedor, ou seja, representa uma falha no modelo de Estado *Laissez Faire*, economia livre e autorregulação pelo equilíbrio natural da "mão invisível".

A crise da década de 1970 ocorreu em um momento histórico em que a estrutura econômica e o modelo teórico vigente eram opostos ao primeiro. Nesse período, prevaleceu o "capitalismo de Estado", a centralidade econômica estava no Estado, como entidade essencial para o controle da atividade econômica e a promoção do desenvolvimento. Essa crise também foi especulativa, mas de Estados nacionais sobre a economia, com baixa liberdade econômica, sendo assim considerada uma falha no modelo keynesiano de centralidade do Estado.

Por outro lado, a crise de 2008, a crise do subprime, ocorreu em um terceiro momento da história econômica, em que o modelo vigente, embora oposto aos dois anteriores, preservou os aspectos por eles caracterizados pela manutenção da liberdade econômica do modelo clássico e pela presença do Estado do modelo keynesiano. Dessa forma, essa crise é considerada um fracasso no modelo neoliberal, de economia de mercado com o controle e complementação do Estado.

Desse modo, a primeira proposição P1: A crise é inevitável, é um fenômeno endógeno e natural da economia e ocorre de forma cíclica em diferentes momentos, com diferentes estruturas econômicas foi considerada como CONFIRMADA, pois as três crises analisadas ocorreram em três momentos distintos da história econômica, em que as formas como a economia se estruturou foram diferentes entre si e, em alguns casos, diametralmente opostos.

A crise (1929) ocorreu num período em que eram dispensáveis os postulados baseados nas propostas do "laissez-faire" e na teoria da "mão invisível" dos teóricos clássicos que proclamavam o equilíbrio natural baseado na liberdade econômica, na livre concorrência e na valorização do empresário/empresário e na intervenção do Estado na economia.

A crise do petróleo ocorreu num período em que os postulados se opunham aos anteriores e pressupunham a centralidade econômica do Estado, de que a capacidade do Estado para arrecadar impostos, fazer investimentos de capital, regular e desenvolver políticas econômicas e sociais seria suficiente para promover o desenvolvimento econômico, o bem-estar social e o equilíbrio econômico.

A crise do subprime ocorreu em um período em que a teoria predominante era o modelo híbrido, entre as duas teorias anteriores, o neoliberalismo, caracterizado por apresentar ao mesmo tempo uma proposta de liberdade econômica, abertura de mercado e liberdade de fluxos de capital e a presença do Estado como agente regulador e econômico.

Nesse sentido, a segunda proposição P2: A crise é imprevisível, ocorre de forma cíclica em diferentes momentos, onde prevalecem diferentes teorias, marcos teóricos e conceituais e são utilizados para orientar as ações de governos e agentes econômicos foi considerada como CONFIRMADA, uma vez que as três crises analisadas ocorreram em períodos com teorias e práticas econômicas predominantes, distintas entre si.

Na crise de 1929, os EUA eram o centro da economia mundial com as principais economias mundiais (países europeus) dilapidadas pela Primeira Guerra Mundial, alta arrecadação de impostos e uma economia em expansão pela euforia do consumo dos EUA e pela reconstrução da Europa, políticas cambiais fracas e o padrão-ouro-dólar (com o abandono do padrão-ouro) ainda em desenvolvimento. Não havia coordenação econômica internacional e o fluxo de capital era limitado, e o poder dos Estados

nacionais limitado, e a influência de empresas e instituições financeiras não era considerada de grande relevância.

Durante a crise do petróleo, os EUA ainda eram o centro da economia global, mas enfraquecidos pela recuperação da Europa do pós-guerra (Segunda Guerra Mundial), o fortalecimento do Japão, países asiáticos e latino-americanos. Houve um fluxo acentuado de capital, arrecadação de impostos e políticas fiscais, à medida que as forças da economia e as autoridades fiscais nacionais exerciam controles rígidos (economia estatal). Houve coordenação internacional (FMI e outras entidades criadas em Bretton Woods) e os estados nacionais possuíam os principais meios de produção e ocupavam setores estratégicos da economia.

Na crise do subprime, o cenário econômico era bem diferente dos anteriores, embora os EUA permanecessem como economia central, sua hegemonia não era mais tão grande. Houve políticas de coalizões regionais e formação de blocos como: União Europeia da UE, NAFTA - Acordo de Livre Comércio da América do Norte, APEC - Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, Mercosul, ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático e BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Nações como China, Rússia, Japão e países latino-americanos, bem como Índia e África do Sul, ganharam poder e influência econômica. Os fluxos de capital foram intensos e as potências econômicas ganharam força por meio da internacionalização de seu capital por meio de suas empresas multinacionais com presença global. As políticas fiscais e cambiais seguiram a prescrição do Consenso de Washington, e houve uma forte expansão do crédito como política de estímulo ao consumo das famílias. Os Estados-nação mantiveram o controle de setores considerados estratégicos para as políticas econômicas e sociais e regulamentaram os demais setores, que foram amplamente privatizados e abriram o setor privado. Assim, a terceira proposição Pe: A crise é incontrolável, uma vez que o número de variáveis que envolvem as políticas econômicas dificulta o controle da economia e apesar de buscar um equilíbrio, as variáveis têm autocomportamentos foi considerada como CONFIRMADA, pois as crises analisadas ocorreram em momentos diferentes quando as principais variáveis econômicas nas maiores economias do mundo e a estrutura de coordenação da economia internacional estavam em diferentes estágios.

4 CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi analisar em que medida as teorias econômicas são suficientes para prever e prevenir a ocorrência de crises. Para a realização do estudo, foram utilizados fundamentos econômicos e teorias econômicas divulgadas e praticadas no período em que ocorreram as três crises econômicas consideradas de dimensão global e selecionadas como objeto de estudo, as crises de: 1929,

1973-1979 e 2008. O objetivo central deste trabalho foi defender a hipótese de que as crises econômicas são fenômenos inevitáveis, imprevisíveis e incontroláveis e que as teorias econômicas baseadas na regra "*ceteris paribus*" – na qual a análise simplificada de duas variáveis é realizada com a manutenção das demais variáveis estáveis – não são suficientes para predizê-las, preveni-las e evitá-las. Para cada período de crise, a teoria atual foi analisada e comparada com os aspectos gerais considerados como causadores dessas crises.

Ao analisar as teorias econômicas, o que a literatura e os estudos sobre as crises apresentaram, após analisar as três crises de magnitude global em três momentos distintos da história da economia capitalista, comparando cada modelo teórico predominante nos períodos de crise, com suas causas e características, concluiu-se que as três proposições apresentadas foram confirmadas. Consideradas como "inevitáveis", as crises ocorrem ciclicamente, em diferentes momentos, sob diferentes estruturas econômicas. Esse comportamento demonstra que, da mesma forma que o capitalismo tem a capacidade de se reinventar, encontrar novas formas, novos contornos, as crises também parecem inovar e encontrar novas fragilidades em cada modelo e estrutura econômica; "imprevisíveis", embora haja um consenso quanto aos ciclos, as crises ocorrem em períodos cada vez mais curtos, em momentos de diferentes quadros teóricos e conceituais. Esse comportamento demonstra que, enquanto a teoria evolui a partir de aprendizados históricos (fatos passados), as crises seguem a dinâmica atual e encontram fragilidades que ainda não foram identificadas: "incontroláveis", o número de variáveis que envolvem as políticas econômicas torna a economia difícil de controlar e, apesar de buscar um equilíbrio, as variáveis têm comportamentos próprios, pois em cada momento histórico o conjunto de agentes e forças que regem e influenciam a economia muda e, Independentemente do comportamento de tais agentes, sempre haverá disputas políticas e ideológicas, ponderação de poder entre diferentes atores e grupos de influência, diferenças econômicas e sociais, tomada de decisão, liderança e subordinação.

Pode-se concluir que as crises são quase tão diversas quanto a própria economia, e assim como os comportamentos da economia, os comportamentos e características das crises variam de acordo com as circunstâncias e conjunto de forças estabelecidas e assumem formas diferentes para cada cenário ou contexto, ou seja, nenhum modelo econômico é forte o suficiente para ser imune a crises. De acordo com Blanchard e Pérez Enri (2011), diante de crises econômicas, sempre se fazem as seguintes perguntas: o que acontece durante esses episódios? As interrupções são especialmente negativas? Os mecanismos de ajuste falharam? As medidas macroeconômicas são especialmente equivocadas? Diante do que foi aqui estudado, ainda que de forma limitada, percebe-se que não é possível responder objetivamente a nenhuma dessas questões, pois em episódios de crise, é difícil afirmar "o que acontece", uma vez que cada crise apresenta um padrão diferente, com fatos e formas diferentes.

Ao concluir este trabalho, ocorre uma constatação surpreendente, de que as teorias econômicas que têm norteado o funcionamento da economia, a estruturação de políticas econômicas e sociais, e que serviram de base para a estruturação de modelos econômicos e para orientar as decisões de funcionários do governo, autoridades fiscais e da fazenda, empresários e empresários não são suficientes para prever, prevenir ou evitar crises. Esse achado é reforçado pelo fato de que o mundo está (no momento da conclusão deste trabalho) envolvido em mais uma crise econômica, esta provocada pela pandemia causada pelo vírus SARS-Cov-2 (Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus-2), popularmente o "novo coronavírus", uma síndrome respiratória identificada em dezembro de 2019 em Wuhan, China, se espalhando rapidamente e declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020.

Além da importância da saúde pública, desafiar a ciência e a medicina para uma batalha científica legítima para enfrentar esse "inimigo desconhecido", restrições à circulação de pessoas e recomendações de distanciamento e isolamento social, tiveram impacto direto nas atividades econômicas de empresas e organizações de todos os setores e nações. Apesar das crises econômicas serem cíclicas, como aqui destacado, elas apresentam causas cada vez mais diversas e ocorrem em intervalos cada vez mais curtos, e ao vivenciar outra crise, a humanidade tem a sensação de estar despreparada para enfrentá-las, de que a sociedade e suas instituições não foram capazes de prevêê-las e de adotar medidas preventivas para lidar com os efeitos de uma crise sanitária, mas também com condições e efeitos econômicos.

Essa incapacidade de prever crises demonstra que a soma de negligência e incompetência dos atores econômicos (incluindo governos) em planejar e controlar a economia é evidente e, de certa forma, ingênua. Um exemplo de despreparo é o fato de as empresas brasileiras, sendo a maioria absoluta (99,1%) micro e pequenas empresas (Sebrae, 2019), 15 dias após a situação de pandemia ter sido declarada pela OMS e, a publicação de decretos relacionados a restrições por parte dos governos, declararam que não possuíam caixa (reservas financeiras) para honrar compromissos de curto prazo, uma demonstração clara da ausência de planejamento e controle financeiro. Os estados do Brasil, com exceção do que pode ser classificado como "ilhas de eficiência", sofreram impactos significativos com a queda na arrecadação de impostos, retração das atividades econômicas, divisas com a queda nas exportações e gastos públicos descontrolados em razão da situação de emergência ou calamidade declarada.

A falta de governação e transparência na despesa pública, a impossibilidade de acesso ao crédito internacional e a instabilidade política, colocam os chamados "países em desenvolvimento" numa situação de fragilidade e risco de colapso econômico. Mesmo nações consideradas potências

econômicas, como os EUA e a China, os danos causados pela retração econômica interna e as perdas causadas pela retração das transações internacionais foram fortemente registrados. Além do "despreparo para prever as crises" que afetou as economias capitalistas, devido à negligência, excesso de otimismo ou ausência de uma teoria capaz de prevê-lo, as potências globais ainda estão enfrentando disputas no campo da pesquisa médica pelo controle econômico dos imunizantes e por seu monopólio temporário.

Entende-se que este trabalho representa uma contribuição para a academia e para a sociedade, trazendo estudos, análises e reflexões sobre um fenômeno atual que impacta a vida dos cidadãos em todo o mundo. Embora haja um entendimento sobre outros fatores que contribuem para o funcionamento (e desequilíbrio) da economia e para a ocorrência de crises, que não foram aqui contemplados, tais como: o poder econômico do modelo imperialista das grandes potências econômicas e a relação de dependência centro-periferia; aspectos ideológicos (capitalismo x socialismo) presentes em governos de diferentes nações; interesses dos agentes econômicos internacionais e desequilíbrios globais; Favorecer as grandes potências por órgãos que controlam a economia e o comércio internacional, entre outros, e reconhecer a ausência desses elementos nas discussões propostas neste artigo, é exatamente o argumento de que, "é a existência de um número incontável de variáveis que influenciam o funcionamento da economia que a torna incontrolável", o comportamento não linear e não previsível de todos os agentes envolvidos que torna as crises econômicas um fenômeno quase impossível de ser previsto e prevenido, decorrente de teorias econômicas baseadas na regra *ceteris paribus*.

Diante de tal conclusão, restam as seguintes questões: somos órfãos das teorias econômicas após mais uma crise de dimensões globais? Que modelo teórico podemos adotar daqui em diante? É possível propor um novo conjunto de postulados econômicos? É possível reformular os postulados atuais e encontrar uma solução para as crises recorrentes? O que aprendemos com crises anteriores é suficiente para prever e prevenir crises futuras? Como sugestões para futuras pesquisas que possam ampliar, complementar ou refutar, parcial ou totalmente, essa pesquisa, recomenda-se que esse tema seja analisado sob uma perspectiva geográfica, com análises continentais ou regionais por conglomerados (blocos econômicos); político/ideológico, com análise comparativa de modelos econômicos (socialista vs. capitalista). Outros elementos devem ser considerados em estudos futuros, tais como: o desempenho das economias centrais em comparação com as economias em desenvolvimento, os impactos econômicos e sociais das crises em países ou regiões com diferentes perfis econômicos e/ou políticos.

REFERÊNCIAS

- Anderson, P. (1995). Balanço do neoliberalismo. In E. Sader & P. Gentili (Orgs.), **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Blanchard, O., & Pérez Enri, D. P. (2011). **Macroeconomía: aplicaciones para Latinoamérica** (2ª ed.). Buenos Aires: Pearson.
- Burns, A. F., & Mitchell, W. C. (1946). **Measuring business cycles** (No. Burn 46-1). National Bureau of Economic Research.
- Bresser-Pereira, L. C. (2009a). A insuficiente política econômica em resposta à crise financeira de 2008. **Revista Economia & Tecnologia, 5*(3)*.
- Bresser-Pereira, L. C. (2009b). Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. **Revista de Economia Política, 29*(2)*, 163-190.
- Brooman, F. S. (1970). **Macroeconomía**. Londres: George Allen and Unwin.
- Chesnais, F. (2013). As raízes da crise econômica mundial. **Revista em Pauta, 11*(31)*.
- Coutinho, C. N. (2012). A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? **Revista Novos Rumos, 49*(1)*.
- Dathein, R. (2002). De Bretton Woods à globalização financeira: evolução, crise e perspectivas do Sistema Monetário Internacional. **VII Encontro Nacional de Economia Política**, Curitiba, PR, Brasil.
- Dymski, G., & Li, W. (2004). Financial globalization and cross-border comovements of money and population: foreign bank offices in Los Angeles. **Environment and Planning A, 36*(2)*, 213-240.
- Dooley, M. P., Folkerts-Landau, D., & Garber, P. (2003). An essay on the revived Bretton Woods system. **National Bureau of Economic Research**.
- Eichengreen, B. J. (2000). **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional** (1ª ed.). São Paulo, SP: Editora 34.
- Filgueiras, L. A. M. (2007). **História do plano real: fundamentos, impactos e contradições** (3ª ed.). São Paulo, SP: Boitempo Editorial.
- Friedman, M. (1962). **Capitalism and freedom**. Chicago: University of Chicago Press.
- Furtado, C. (1974). **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Galbraith, C., & De Noble, A. F. (1989). Location decisions by high technology firms: a comparison of firm size, industry type and institutional form. **Entrepreneurship Theory and Practice, 13*(2)*, 31-48.
- Hawtrey, R. G. (1926). Mr. Robertson on banking policy. **Economic Journal**, 417-433.

- Hayek, F. A. (1944). **The Road to Serfdom**. Sydney: Dymock's Book Arcade.
- Helleiner, E. (1996). **States and the reemergence of global finance: from Bretton Woods to the 1990s**. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Höfling, E. M. (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**.
- Jevons, W. S. (1866). **The Coal Question: An Inquiry Concerning the Progress of the Nation and the Probable Exhaustion of our Coal-Mines**. Londres: MacMillan.
- Kerstenetzky, C. L. (2011). Welfare state et développement. **Dados, 54*(1), 129-156.*
- Kilian, L. (2014). Oil price shocks: Causes and consequences. **Annual Review of Resource Economics, 6*(1), 133-154.*
- Keynes, J. M. (1917). **The economic consequences of the peace**. Londres: Routledge.
- Keynes, J. M. (1923). **A tract on monetary reform**. Londres: Macmillan.
- Keynes, J. M. (1937). The general theory of employment. **The Quarterly Journal of Economics, 51*(2), 209-223.*
- Kregel, J. (2010). No going back: Why we cannot restore Glass-Steagall's segregation of banking and finance (No. 107). **Public Policy Brief**.
- Krugman, P. R. (1979). Increasing returns, monopolistic competition, and international trade. **Journal of International Economics, 9*(4), 469-479.*
- Malthus, T. R. (1888). **An essay on the principle of population: or, A view of its past and present effects on human happiness**. Londres: Reeves & Turner.
- Marshall, A. (1925). The social possibilities of economic chivalry. **Economic Journal**, 17, 7-29. Em A. C. Pigou (Ed.), **Memorials of Alfred Marshall** (pp. 323-346). Londres: Macmillan.
- Merrill, K. R. (2007). **The Oil crisis of 1973-1974: a brief history with documents**. Bedford/St. Martin's.
- Mill, J. S. (1848). **Principles of political economy**.
- Myrdal, G. **Economic theory and under-developed regions**. Londres: Gerald Duckworth & Co.
- Obstfeld, M. (1994). Evaluating risky consumption paths: The role of intertemporal substitutability. **European Economic Review, 38*(7), 1471-1486.*
- Polak, J. J. (1991). The changing nature of IMF conditionality. **OECD Development Center Working Paper, 4*(91), 152.*
- Puche, P. (2009). La crisis global: Red de Economía Ecológica La economía ecológica y la crisis. Universidad Pablo Olavide, Septiembre.

- Rapoport, M., & Brenta, N. (2010). La crisis económica mundial: ¿el desenlace de cuarenta años de inestabilidad? **Problemas del desarrollo*, 41*(163), 7-30.
- Resende, A. L. (2013). **Os limites do possível**. São Paulo: Portfolio-Penguin.
- Ricardo, D. (1891). **Principles of political economy and taxation**. Londres: G. Bell and Sons.
- Say, J. B. (1803). **Traité d'économie politique**. Paris: Calmann-Lévy.
- Schumpeter, J. A., & Nichol, A. J. (1934). Robinson's economics of imperfect competition. **Journal of Political Economy*, 42*(2), 249-259.
- Schumpeter, J. A. (1957). **Theory of economic development** (3ª ed.).
- Sachs, J. D., & Warner, A. (1995). Economic reform and the process of global integration. **Brookings Papers on Economic Activity*, 1995*(1), 1-118.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. (2019). Pequenos negócios em números. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 11 de novembro de 2021.
- Silva, L. A. S. (2015). **Moeda e crise econômica global** (1ª ed.). São Paulo: Editora Unesp.
- Skidelsky, R. (1983). **John Maynard Keynes: Hopes Betrayed, 1883-1920**. Londres: Macmillan.
- Skidelsky, R. (1992). **John Maynard Keynes: The Economist as Saviour, 1920-1937** (2ª ed.). Londres: Macmillan.
- Smith, A. (1776). **A Riqueza das Nações** (4ª ed., Vol. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Strik Money. Stock Market Crash: Definition, History, Causes, and Worst Stock Market Crashes. Disponível em: [Stock Market Crash: Definition, History, Causes, and Worst Stock Market Crashes \(strike.money\)](https://www.strike.money/). Acesso em: 21 de dezembro de 2022.
- Teixeira, F. J. S. (1996). O neoliberalismo em debate. Em **Neoliberalismo e reestruturação produtiva** (pp. 195-252). São Paulo: Cortez.
- The Balance Money. Historical US Unemployment Rate by Year: Compare unemployment to inflation and GDP since 1929. Disponível em: <https://www.thebalancemoney.com/>. Acesso em: 11 de novembro de 2022.
- Vasconcelos, M. A. S., & Garcia, M. E. (2011). **Fundamentos de economia** (4ª ed.). São Paulo: Saraiva.
- Walras, L. (1874). **Elements of pure economics**. Londres: Routledge.